

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1005950-02.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cautelar Inominada - Liminar**
 Requerente: **RAPHAEL GALVAO MENEZES DOS SANTOS e outro**
 Requerido: **SÃO CARLOS CLUBE**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Os autores Raphael Galvão Menezes dos Santos e Igor Nicolau Pinto propuseram a presente ação cautelar contra o réu São Carlos Clube, requerendo a concessão de liminar para o fim de autorizá-los a exercer o seu direito de trabalhar nas dependências da ré, no exercício da função de *personal trainer* e, ao final, seja mantida a liminar.

Decisão de folhas 28 indeferiu a liminar.

Pedido de reconsideração de folhas 32/34 foi indeferido às folhas 39.

Agravo de Instrumento de folhas 42/43.

O réu, em contestação de folhas 59/60, requereu a improcedência do pedido, tendo em vista que, desde a data da admissão como associado do réu, os autores tinham conhecimento de que as atividades profissionais remuneradas não eram permitidas no clube e estavam condicionadas à aprovação da Diretoria Executiva. Aduz que o Termo de Ciência e Concordância é norma geral de conduta aplicável a todos indistintamente no ato da associação ao clube, acerca das restrições das atividades profissionais nas suas dependências. Sustenta que a Resolução nº 01/2015 tem o escopo de regulamentar a atividade atípica de *personal trainer* no interior do clube, a fim de coibir aquisições de títulos apenas para exploração financeira dessa atividade, uma vez que o clube possui empregados na função de professores de educação física para orientar e acompanhar os associados interessados na academia sem custo adicional. Aduz que os autores não sofreram violação de direitos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Decisão monocrática proferida nos autos do agravo de instrumento às folhas 79/84.

Réplica de folhas 87/89.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento do feito, sendo impertinente a prova oral ou pericial, orientando-me pelos documentos carreados aos autos.

Trata-se de ação cautelar por meio da qual os autores pretendem a obtenção de liminar para o fim de autorizá-los a exercer o seu direito de trabalhar nas dependências da ré, no exercício da função de *personal trainer* e, ao final, a sua manutenção.

O procedimento cautelar não se trata de cognição exauriente, porém, de cognição sumária e, para seu processamento, o interessado deverá preencher os requisitos do artigo 801 do Código de Processo Civil.

O inciso IV, do artigo 801, do Código de Processo Civil, estabelece que o requerente deverá expor sumariamente o direito ameaçado e o receio da lesão.

A doutrina os denomina de *fumus boni juris* e *periculum in mora*.

Respeitado o entendimento do autor, não vislumbrei o preenchimento de, ao menos, um dos requisitos para a concessão da liminar, que é o *fumus boni juris* ou a aparência do bom direito.

Isto porque ao adquirirem o título de sócio do São Carlos Clube, os autores declararam ciência e concordância com a decisão da Diretoria Executiva, de que estavam suspensas as aceitações de cadastros para os sócios que tiveram seus títulos aprovados após 31/03/2011 (**confira folhas 15/16**).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Segundo os autores, eles adquiriram o título de sócio da ré mediante contrato de compra e venda em 11/11/2014 (coautor Igor) e em 09/12/2014 (coautor Raphael) – **confira folhas 02.**

Assim, quando da aquisição dos títulos, já se encontra vigente o item “c” do artigo 53 do Regimento Interno, que suspendeu a aceitação das atividades profissionais por sócios.

E em que pese os autores alegarem que vinham exercendo atividade de *personal trainer* nas dependências do réu, não instruíram a inicial com qualquer documento que comprove tais assertivas.

Assim sendo, ausente a aparência do bom direito, de rigor, em juízo de cognição sumária, a rejeição da presente ação cautelar.

Diante do exposto, rejeito o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbentes, condeno os autores no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em R\$ 1.000,00, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado, a fim de não aviltar o exercício da advocacia, com atualização monetária a partir de hoje e juros de mora a partir do trânsito em julgado desta. Nesse ponto, vale lembrar as brilhantes palavras do presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcus Vinicius Furtado Coêlho: “Os honorários dos advogados não podem ser aviltados. Devem ser considerados bem alimentar, essencial para que o profissional da advocacia seja valorizado e possa, dessa forma, fazer com que o cidadão seja engrandecido”.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

São Carlos, 21 de outubro de 2015.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**